

Nova proposta no orçamento

Ainda sem ter concluído o relatório setorial à lei orçamentária da União para 1991, sobre a dívida dos estados e municípios, um dos parlamentares que participou da elaboração do documento, deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), revelou ontem à Agência Brasil que deverá apresentar, para apreciação da Comissão Mista de Orçamento, proposta que vincula aos estados e municípios possíveis condições vantajosas que o governo federal possa obter na renegociação de sua dívida externa.

Segundo o parlamentar, se o governo não conseguir uma

condição favorável terá que negociar, individualmente, com os estados e municípios, os débitos que estes detêm com a União. Para 1991, a dívida destas instituições foi prevista em US\$ 2,2 bilhões. O deputado informou que 75% da proposta já está negociada com a área econômica.

Agora, faltam a redação e o compromisso da ministra Zélia Cardoso de Mello de que o dispositivo não será vetado pelo Poder Executivo.

Ontem, na sua décima segunda sessão, a Comissão Mista de Orçamento e Finanças iniciou a leitura e aprova-

ção de alguns relatórios setoriais ao orçamento de 1991 e ao plano plurianual do governo, que será válido para o período de 1991 a 1996. Entre eles está o elaborado pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), aprovado na Comissão, que prevê para a Presidência da República uma verba de cerca de Cr\$ 900 milhões, para complementar o Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, visando à manutenção e conservação das habitações urbanas do Distrito Federal, pertencentes à União. Os recursos estão alocados para a Secretaria de Administração Federal.